

O seguro, hoje, ultrapassa o papel tradicional de garantir indenizações para se posicionar como agente ativo na construção de soluções sustentáveis. Sua atuação tornou-se peça-chave na redução de desigualdades sociais, na proteção da vida e da saúde, além de apoiar, de forma concreta, a transição para uma economia verde. Foi esse o eixo central dos debates dos dois painéis de abertura da **Casa do Seguro**, iniciativa promovida pelo Grupo Bradesco, que discutiu o impacto dos seguros frente à crescente relevância das mudanças climáticas e da necessidade de modelos econômicos e sociais mais resilientes.

Agenda dos painéis e temas centrais



PAINEL 1: MUDANÇAS CLIMÁTICAS E SAÚDE: IMPACTOS E OPORTUNIDADES PARA O SETOR DE SEGUROS

Os painéis desta segunda-feira (10) se concentraram em dois pilares fundamentais: “Seguros, Mudanças Climáticas e Sustentabilidade” e “Resiliência e Inclusão: o papel do seguro na proteção das pessoas”. Ambos ressaltaram o seguro como instrumento não apenas de reparação de danos, mas de prevenção, educação, adaptação e transformação social — aspectos essenciais numa realidade cada vez mais marcada por eventos extremos e desigualdade de acesso à proteção financeira e à saúde.

Mudanças climáticas e os novos riscos à saúde

O físico Paulo Artaxo (USP) alertou que as mudanças climáticas já constituem uma das maiores ameaças à saúde pública deste século, com efeitos muito além das altas temperaturas. As alterações nos padrões de chuva, o avanço de vetores de doenças e o aumento da pressão sobre sistemas urbanos e produtivos mostram a necessidade de abordagens integradas, nos moldes do conceito “Saúde Única” da OMS, que conecta saúde humana, animal e ambiental.

Apesar de cinco décadas de alertas científicos e uma década do Acordo de Paris, as emissões globais continuam crescendo, impulsionadas principalmente pela queima de combustíveis fósseis e pelo desmatamento. Com o planeta já 1,55°C mais quente do que no período pré-industrial, e temperaturas que superam 2°C nas zonas continentais, o Brasil poderá experimentar acréscimos de 4°C a 4,5°C, especialmente preocupantes em cidades como Belém, que podem se tornar inabitáveis nas próximas décadas.

Os impactos já são sentidos de forma concreta: de 2003 a 2022, ondas de calor mataram 130 mil pessoas na Europa, enquanto no Brasil foram registradas 48 mil mortes adicionais ligadas à elevação de temperatura. No contexto global, 70% dos trabalhadores estão expostos a riscos climáticos crescentes. Ivani Benazzi, superintendente de Sustentabilidade da Bradesco Seguros, destacou também o aumento expressivo dos brasileiros afetados por enchentes — de 21 milhões para 48 milhões entre 2020 e 2023 —, atribuindo parte desse salto ao agravamento dos extremos climáticos.

Doenças infecciosas e saúde pública ameaçada

O vínculo entre mudanças climáticas e doenças infecciosas foi apontado pelo infectologista Celso Granato como “inequívoco e crescente”. Ele detalhou que o aumento das temperaturas e das chuvas cria condições ideais para a disseminação de vetores como o *Aedes aegypti*, responsável por doenças como dengue, zika, chikungunya e febre amarela, além do agravamento de enfermidades como leptospirose e cólera. O número recorde de casos de dengue em 2024 — 6 milhões — evidencia como o fenômeno é realidade presente, com projeções de agravamento diante de fenômenos como o La Niña.

Granato enfatizou que a vulnerabilidade atinge em especial crianças, idosos e populações pobres, inclusive em países historicamente não afetados, como Itália e Alemanha, onde novos casos de arboviroses vêm sendo registrados. Para ele, além do investimento em saneamento básico e vacinas, o combate concreto às mudanças climáticas é a medida mais efetiva e estrutural.

Impactos psicológicos, morte e a sobrecarga do sistema de saúde

Thaís Jorge, diretora médica da Bradesco Saúde, ampliou o debate mostrando que os efeitos vão muito além das doenças transmissíveis. Mudanças climáticas intensificam doenças respiratórias, cardiovasculares e mentais, enquanto a frequência e gravidade dos eventos extremos — como enchentes e tornados — têm causado traumas psicológicos, ansiedade e estresse pós-traumático. O aumento da temperatura e de desastres naturais também provoca descompensações em pacientes crônicos e eleva custos assistenciais e demandas por infraestrutura adaptada nas redes pública e privada.

Ela frisou a importância da informação para a transformação de comportamentos em larga escala e apresentou o guia “Nosso Clima, Sua Saúde”, lançado pela Bradesco Saúde, para ajudar a população a adotar ações práticas de adaptação, prevenção e autocuidado em cenários de calor intenso, enchentes e outros extremos.

Desigualdade, proteção financeira e inclusão: desafios para o seguro

A questão da cobertura insuficiente foi um dos pontos mais enfatizados. Estevão Scripilliti, diretor da Bradesco Vida e Previdência, observou que o Brasil enfrenta, simultaneamente, as transições climática, demográfica e tecnológica. Isso impõe o desafio de ampliar e adaptar soluções de seguro e previdência, sobretudo porque apenas 18% dos brasileiros possuem seguro de vida e somente 8% têm previdência privada — índices ainda menores nas classes C, D e E, mais vulneráveis a desastres e perdas financeiras.

Scripilliti defendeu o desenvolvimento de produtos personalizados e acessíveis, comunicação inclusiva (especialmente via redes sociais) e o acoplamento de assistências médicas, psicológicas e financeiras aos seguros. O diretor também mencionou o Indicador de Longevidade Pessoal, pesquisa criada para mapear fatores de bem-estar e qualidade de vida dos idosos — da saúde física à socialização, prevenção e apoio emocional.

O papel do seguro diante dos desafios globais



PAINEL 2: SOLUÇÕES PARA O CLIMA: INICIATIVAS QUE IMPULSIONAM A ADAPTAÇÃO E TRANSIÇÃO DOS NOSSOS SEGURADOS

O segundo painel, também moderado por Ivani Benazzi, enfocou a dimensão econômica e social dos desastres e o papel estratégico dos seguros nesse contexto. Em 2024, perdas globais por eventos climáticos extremos chegaram a US\$ 368 bilhões, mas apenas 40% estavam seguradas — evidenciando um déficit de proteção de US\$ 211 bilhões e, no Brasil, uma lacuna ainda maior. A baixa cobertura é especialmente grave nas regiões Norte e Nordeste e entre as populações de menor renda.

Na prática, o seguro deve migrar de um produto percebido como elitizado para ferramenta de inclusão e resiliência. A Bradesco Vida e Previdência trabalha para democratizar o acesso, ofertando microsseguros a partir de R\$ 2,50 e previdência sem taxa de carregamento. Em 2024, pagou R\$ 1,3 bilhão em indenizações e apostou em fundos ESG (R\$ 700 milhões), telemedicina, apoio psicológico e orientação nutricional.

Ney Dias, presidente da Bradesco Auto/RE, destacou que, na América Latina, entre 87% e 95% das perdas por desastres naturais não estavam cobertas por seguro — proporção muito superior aos

40% observados nos Estados Unidos. No Brasil, mais de R\$ 700 bilhões em prejuízos nos últimos 11 anos foram parcialmente absorvidos pelo setor público, e sete dos dez maiores desastres naturais ocorreram nos últimos 15 anos. O executivo apontou iniciativas da empresa como resposta rápida aos eventos, indenizações ágeis, uso de dados geoespaciais e desenvolvimento de coberturas inovadoras (ex: carros elétricos, sistemas solares).

Novas soluções e protagonismo climático do Brasil

Paula Peirão (UNEP FI) reforçou que o setor segurador tem papel triplo no enfrentamento climático: gestor de riscos, tomador de riscos e investidor. Destacou iniciativas inovadoras, como seguros paramétricos, coberturas para agricultura sustentável, energia solar e restauração ecológica — e citou a nova Taxonomia Sustentável Brasileira como referência para canalizar investimentos e seguros para atividades de impacto positivo.

Ela lembrou que o Brasil, com alta biodiversidade e sede da próxima COP na Amazônia, pode liderar o movimento por uma economia mais verde, mas isso exige ação coletiva — unindo setor financeiro, empresas, governos e sociedade.

Caminhos para o futuro: educação, inovação e ação coletiva

Os painelistas convergiram na ideia de que reduzir o gap de proteção climática exige esforços em educação, inovação e integração de políticas públicas. Sugeriram:

Adoção de seguros específicos para eventos extremos, com cobertura de renda temporária para atingidos.

Inclusão de autônomos e pequenos empresários em planos de previdência e de vida.

Criação de fundo nacional para catástrofes, inspirado no FGTS previdenciário, com contribuições obrigatórias.

Compartilhamento de dados e experiências entre seguradoras nacionais e internacionais, ajustando modelos de risco à diversidade regional.

Políticas públicas para incentivar o acesso ao seguro em áreas e populações mais vulneráveis.

Reduzir o gap de proteção é, portanto, muito mais que um desafio técnico; trata-se de uma questão de equidade social e adaptação coletiva a uma nova realidade climática. O seguro, nesse contexto, se mostra fundamental para promover resiliência, proteger vidas e criar as bases para uma sociedade mais inclusiva, sustentável e preparada para o futuro.

Fonte: [CNseg](#), em 10.11.2025.